Guilherme Costa Delgado

# Brasil pós-2010: análise econômica e social e de relações externas relevantes

Doutor em Economia pela Unicamp (1984), pesquisador do Ipea de l976 a 2007 e atualmente da direção da Abra (Associação Brasileira da Reforma Agrária).

# Brasil pós-2010: análise econômica e social e de relações externas relevantes

Guilherme Costa Delgado

## Objeto de análise e justificativa preliminar

Neste seminário, promovido pelo Observatório Internacional de Capacidades Humanas (OICH), focaliza-se um determinado período para analisar a situação econômica e social do Brasil, em particular, e de suas relações externas relevantes nesse contexto, particularmente, no grupo dos países do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

Em 2013, o OICH também promoveu seminário similar, estabelecendo um corte histórico – a década 2000-2010. Nos dois casos, a escolha histórica não se justifica por razões estritas do calendário, mas tenta captar e interpretar determinados ciclos de relações econômicas externas significativas, seja, no primeiro caso, pela emergência de um claro movimento de "primarização" das relações externas, caracterizadas como eixo de economia política envolvente (2000-2010), seja, no caso presente (pós-2010), pela sinalização de reversão desse ciclo anterior, com todas as características da conjuntura e de crises múltiplas, como as que vivemos no presente.

O contraponto desses dois períodos é por demais relevante. De certa forma, continua e aprofunda uma abordagem crítico-interpretativa do período de aparente *boom* econômico para nos revelar agora os "pés de barro" do crescimento econômico puxado pelas "vantagens comparativas naturais" no comércio exterior, característica peculiar da primeira década. Nesta segunda década, há sinais evidentes de reversão cíclica, que precisamos caracterizar com certo rigor, tendo presente que seu caráter crítico não manifesta ainda uma tendência nova de rearranjo de economia política. No entanto, as consequências sociais e políticas são visíveis, no sentido da estagnação econômica e dos indicadores socioeconômicos de desenvolvimento.

## Antecedentes

No seminário de 2013, sintetizamos 13 artigos, que analisaram, sobre diferentes enfoques, a situação da América Latina e do BRIC no decênio 2000-2010. Um ponto de convergência de todas as análises da referida situação é o chamado efeito-China, ou seja, a expansão da economia chinesa, projetada em escala global, puxando as economias latino-americanas para o crescimento econômico, vinculada à inserção primário-exportadora desses países no comércio mundial.

Há também forte convergência nas abordagens empírico-analíticas para indicar, com poucas exceções, que, para os países da A.L. e do BRIC, ocorrem simultaneamente:

1. Melhoria generalizada nos mercados de trabalho, com crescimento da ocupação e decréscimo do desemprego aberto;
2. Melhoria absoluta nos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) de quase todos os países;
3. Melhoria generalizada nos índices de distribuição de renda;
4. Melhoria geral nos índices de educação;
5. Mudanças demográficas típicas do desenvolvimento econômico;
6. Mudanças generalizadas no campo de saúde pública – alteração do perfil epidemiológico da população e aumento dos gastos de saúde *per capita*; melhoria na expectativa de vida ao nascer etc.;
7. Crescimento do Produto Interno Bruto e das exportações de quase todos os países.

Na interpretação desse processo de crescimento e peculiar inserção externa, diverge-se sobre a continuidade e ainda sobre as implicações sociais e ambientais de tal estilo de expansão.

Contudo, há também convergência nas conclusões de que

> o aprofundamento do modelo primário-exportador seria fatal para o desenvolvimento econômico e a igualdade social em médio prazo. Mesmo no curto prazo, admite-se que uma vez interrompido o fluxo e o ritmo da demanda (mundial) por "commodities", haveria efeitos perversos ao crescimento econômico (DELGADO, 2013).

## O período atual (pós-2010): crise cíclica, piora de indicadores econômicos e estagnação de indicadores sociais

O sinal de mudança cíclica na economia mundial, emitido pela crise financeira na economia norte-americana em 2008, repercute de forma defasada e diferenciada na economia mundial desde então. Primeiro, na própria economia norte-americana, que se defende imediatamente mediante gigantesco programa de "saneamento financeiro", sustentado pela emissão de dívida pública a juros baixíssimos, seguida pela forte emissão monetária – *quantitative easing* – como via de liquidação de partes dessa dívida. Essa política monetária americana afeta as taxas de câmbio do mundo inteiro, particularmente a relação real-dólar, contribuindo para a perda de competitividade das nossas exportações no período mais recente.

A economia europeia, por sua vez, experimentará sua própria entrada na crise financeira em face à situação de vários países da zona do Euro – Itália, Grécia, Portugal e Espanha –, com problemas fiscais, de inadimplência bancária interna e moratória potencial externa; com agravante de que esses Estados nacionais já não dispõem, dentro da União Europeia, de dívida pública em moeda própria e/ou de emissão monetária como mecanismos de autodefesa.

A estagnação relativa da economia norte-americana de 2008 a 2013 (taxa de incremento médio do PIB de 0,94%) e dos países da zona do Euro no mesmo período (taxa de incremento médio no período de 2008 a 2013 variando de um máximo de 0,65% para a Alemanha e de 0,1% para a França e Itália) certamente influenciou a economia chinesa (taxa de incremento médio no período 2012-2014 de 7,7%), fortemente desacelerada com relação ao período 2004-2010 (11,1%a.a.)[1] (dados primários na Tabela 2 e análise específica na seção "Alguns indicadores da economia mundial").

O efeito da crise externa sobre o Brasil caracteriza-se pela reversão da relação de troca das *commodities*, cuja manifestação explícita se deu a partir de 2013.

1 Entre 2011-2014, o Índice de Preços das Commodities do IBRE-FGV, com 23 produtos, caiu 18,7%, puxado por petróleo, ferro e soja.

No Brasil, a recepção da crise de 2008 figurou inicialmente como mera flutuação conjuntural – uma marolinha, na linguagem da época –, merecendo uma resposta anticíclica importante por parte do 2º governo Lula, sob a forma de amplo programa de investimentos com recursos públicos e continuidade das exportações primárias, apoiadas respectivamente pelos sistemas Petrobras, elétrico e BNDES-Tesouro, por um lado, e pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, por outro. A expansão do crédito ao consumo também integrou esse rol de estímulos à sustentação da demanda interna.

Eficazes no primeiro momento para conter as ondas primárias da crise financeira de 2008-2009, com resultados econômicos vistosos em 2010 (crescimento do PIB de 7,5%), as medidas anticíclicas foram perdendo eficácia ao longo do 1º mandato da presidente Dilma, entre 2011-2014, a ponto de, no início do 2º mandato, serem abandonadas em nome de um ajuste fiscal convencional, conduzido pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Observado do ponto de vista estritamente empírico, o período 2011-2014, que coincide com o primeiro mandato da presidente Dilma, já manifesta um claro movimento de desaceleração econômica, com crescimento médio do PIB no quadriênio de 1,9% a.a., contra uma média de 4,6% do quadriênio imediatamente anterior (2007-2010) ou 4,5% em média no período 2004-2010.

O ano de 2015 é simbólico pelo fato de expressar explicitamente as várias tensões críticas do estilo de crescimento em processo de reversão, mas ainda não admitido até então pela política oficial. Emergem como fatores autônomos: 1) uma clara reversão dos preços das *commodities*, com piora sensível do *déficit* em conta corrente com o exterior; 2) manifesta escassez de água potável para abastecimento urbano e produção hidroelétrica; 3) uma crise política e econômica no sistema Petrobras; 4) uma crise fiscal configurada, com explícita manifestação do sistema financeiro – de negar continuidade à política anticíclica do sistema BNDES-Tesouro, financiando o denominado PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

A conjugação e simultaneidade desses quatro fatores de contração econômica derrubam o programa anticíclico do primeiro governo Dilma

e também a possibilidade palpável do crescimento econômico imediato (2015-2016). Isso se deve, como analisaremos em sequência, aos problemas conjunturais-estruturais suscitados autonomamente pelas mencionadas crises e conjunturalmente pela política de ajuste fiscal ora em curso.

## Mudanças no ciclo das *commodities*

A retração da economia mundial e, em peculiar, a desaceleração da economia chinesa afetam de forma acentuada a competitividade externa das exportações de alguns produtos básicos e semimanufaturados brasileiros, responsáveis por mais da metade da pauta exportadora – a saber, os principais: petróleo bruto, minério de ferro, alumínio, açúcar, soja, milho, carnes, café e pasta de celulose –, redefinindo praticamente a zero o saldo comercial externo no último biênio, mantido no mesmo período muito elevado o *déficit* da conta corrente com o exterior na faixa de 4% do PIB.

A reversão particularmente forte dos preços do barril do petróleo, do minério de ferro e da soja, desde meados de 2013 – três ícones da competitividade externa dos campos petroleiros, das minas e das terras do agronegócio –, reduziu sensivelmente as exportações para a China, enquanto que na América Latina os efeitos da crise externa e problemas internos dos países do Mercosul também provocaram redução de comércio.[2]

O argumento clássico das vantagens comparativas naturais das *commodities* brasileiras no comércio mundial praticamente configurou o eixo da expansão econômica brasileira no período de 2000 a 2010. Essa vantagem refletia-se sob a forma de lucro extraordinário conferido às *commodities* por uma peculiar dotação de reservas naturais de petróleo bruto, dos recursos hídricos, de solos aráveis e das jazidas minerais, em período de forte expansão da demanda externa.

A queda acentuada dos preços externos das *commodities* reduz sensivelmente esse lucro extraordinário; fato que aparentemente aliviaria na conjuntura as tendências por superexploração intensiva e extensiva dos recursos naturais. No entanto, por critério estritamente mercantil, isso não

2 Para uma análise conjuntural detalhada do comércio externo, ver FGV-IBRE (2015).

fica garantido em uma economia que vem se especializando em matérias-primas para o comércio externo.

Na presente conjuntura (2015), a manifestação explícita nas zonas metropolitanas do Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste de uma crise de recursos hídricos – falta de água potável para o consumo urbano e falta de acumulação de água para a geração de energia hidroelétrica – evidencia a necessidade de estabelecer limites de gestão, uso e consumo de água. Esse critério de certa forma se choca com a crença nas vantagens comparativas naturais como fonte de competitividade mecânica do comércio internacional.

A denominada crise hídrica evidencia de maneira visível os chamados custos invisíveis da exploração estritamente mercantil das terras, águas e minas. O pressuposto implícito de recursos naturais superabundantes, a serem convertidos em *commodities*, não se sustenta. Mudanças climáticas emergentes nesse mesmo período evidenciam, no caso citado da escassez de água, um limite estrutural à continuidade desse estilo de expansão, sem contar os demais componentes da superexploração de recursos naturais – resíduos, contaminações, perdas de biodiversidade etc., ainda atribuídos ao rol dos custos invisíveis.

## Crise fiscal e ajuste fiscal

Em recente pronunciamento público internacional (reunião dos chefes de Estado das Américas no Panamá, dias 10 a 12 de abril de 2015), a presidente Dilma mencionou explicitamente as estratégias de um programa anticíclico, exaurido em 2014, e da política de ajuste fiscal, contraposto em 2015, para fazer frente a uma crise fiscal maior, supostamente decorrente de mudanças de ciclo econômico da economia mundial. A crise fiscal figuraria aqui como fato maléfico, de origem externa; e os programas de ação, terapêuticas internas distintas para tratá-la. Na verdade, temos aqui uma versão oficial, com todas as meias verdades convenientes ao discurso oficial.

Para o leitor não afeto à linguagem econômica, essas expressões soam estranhas e precisam ser decodificadas, ainda mais quando em

nome delas se tenta adotar ações políticas de forte consequência para a vida social.

Na conjuntura de 2015, depois de pelo menos seis anos fiscais (2009-2014) de sucessivas operações anticíclicas de aportes do Tesouro ao BNDES para financiamento das várias linhas de investimento do Banco[3], interromperam-se abruptamente essas operações e se deu início à política do chamado ajuste fiscal do 2º governo Dilma, cujo pressuposto é combater o forte desajuste nas contas públicas.

Sem entrar, por ora, no mérito desse ajuste fiscal como remédio adequado à crise fiscal, parece-nos que o fato econômico evidente é a própria crise fiscal, por um lado, e, por outro, uma fonte de controvérsia – a maneira de enfrentá-la pela política econômica.

Por seu turno, a estratégia de corte do investimento público (queda dos fundos de empréstimos do BNDES), redução do gasto social (MPs 664, de dezembro de 2014, sobre as pensões, e 665, da mesma época, sobre seguro desemprego e abono salarial), cancelamento de desonerações previdenciárias e elevação de alguns tributos e tarifas (energia elétrica e combustíveis derivados do petróleo) tem evidente sentido de contração programada da demanda, a que se somam dois outros movimentos não programados: i) a crise no sistema Petrobras e nas empresas parceiras das cadeias de relações interindustriais; ii) a queda nas exportações de *commodities*, provocada pela reversão da relação de trocas desses bens. Combinando efeitos programados com outros não programados de contração da demanda interna e externa, o chamado ajuste fiscal produz um resultado muito negativo sobre a produção e o emprego,[4] algo que, no dizer dos economistas defensores das medidas programadas, a exemplo do ex-ministro da economia Delfim Neto, seria inevitável a ser adotado, do contrário os próprios mercados executariam um ajuste fiscal muito mais radical. Provavelmente, o ex-ministro está se referindo a um ataque especulativo

3 Entre 2009 e 2014, o Tesouro emprestou para os fundos de empréstimo do BNDES e demais bancos públicos montante equivalente a pouco mais de 400 bilhões de reais, lastreados na emissão de títulos da dívida pública. Convertidos em financiamentos de longo prazo, esses recursos retornariam também a longo prazo.

4 O resultado do PIB em 2015 será negativo, segundo todas as expectativas, mas não se sabe ainda qual a intensidade (ver dados – Tabelas 1 e 2). As implicações sobre o empego se fazem sentir indiretamente pela desaceleração do mercado de trabalho.

externo, com fuga de capitais e crise cambial profunda, a exemplo daquilo que observamos em 1982 (recessão industrial) e 1999 (ataque ao real no início do governo FHC).

Aparentemente, a defesa do ajuste fiscal refletiria um estado de necessidade, a que os operadores cedo ou tarde recorreriam, sem liberdade de escolha.

No entanto, os defensores da estratégia do ajuste operam no limite da racionalidade instrumental pura, sob o argumento do equilíbrio orçamentário com superávit primário para pagar juros. Do discurso técnico resvala-se, ideologicamente, ora para a crença na correção das distorções impostas pelo intervencionismo do Estado, a ser operado pelas forças do mercado, ora para certo apelo teológico idolátrico ao sacrifício dos mais frágeis na vida social e econômica, castigo que, ao fim e ao longo de certo período, reanimaria o "espírito animal" dos empresários. E como prêmio dessa expectativa emergiria, como fênix das cinzas, um animal empreendedor, a tomar decisões de investimento para reerguer a economia combalida.

Quaisquer que sejam as teorias ou teologias econômicas subjacentes ao ajuste fiscal, duas questões relevantes emergem: 1) não há convivência civilizada em ambiente de recessão econômica profunda e prolongada; 2) a crise fiscal, de fato pré-existente, pode se aprofundar exponencialmente, resultado da própria terapêutica do ajuste econômico, principalmente se ele não contiver qualquer princípio ético da justiça econômica a orientá-lo.

Para não cairmos na armadilha tautológica do ajuste fiscal como objetivo em si mesmo, é preciso indagar sobre a natureza da crise fiscal que o provoca, que é também das relações econômicas externas e da própria essência do modelo de crescimento implementado na década precedente (2000-2010).

Observe-se que, desde 2008, já se verifica claramente delineada a inadequação da estratégia de comércio exterior brasileira, de se especializar na exportação de *commodities*. Desde então, as exportações de manufaturados encolheram – de forma relativa ou geral e absoluta, no caso de alguns setores. O país apresenta um *déficit* em conta corrente continuamente crescente, que evolui de cerca de 1% para mais de 4% do PIB em oito anos. O investimento externo cobre todos os anos essa defasagem,

mas sem resolver substantivamente a dependência externa. Dirige-se aos setores especializados ao crescimento, que, tanto na primeira década quanto no período da política anticíclica (2011-2014), continuaram a depender das vantagens comparativas naturais no comércio externo e dos investimentos em infraestrutura, que as tornassem atrativas em termos locacionais.

Por seu turno, o programa anticíclico de defesa da demanda efetiva, posto em prática a partir de 2009, sob a égide do BNDES – Tesouro, sistema Petrobras e sistema elétrico no componente –, do PAC, do setor mineral e do SNCR – e também no BNDES, no que diz respeito às *commodities* agrícolas –, tinha como pressuposto básico uma relação de trocas entre Preço de *Commodities*/Preços de manufaturados fortemente favorável às primeiras.

A inversão cíclica da relação de trocas externa, iniciada depois de 2010 e claramente configurada a partir de 2013, afeta radicalmente dois componentes básicos do modelo de crescimento: 1) o recrudescimento do *déficit* em conta corrente com o exterior, termômetro da dependência externa; e 2) a estagnação do crescimento do PIB, em parte pela perda de dinamismo externo, em parte pela erosão da rentabilidade interna dos investimentos públicos e semipúblicos atrelados ao eixo das *commodities*.

A essa interação perversa de dependência e estagnação econômica a política econômica reage com um programa anticíclico de sustentação da demanda interna à base de uma miscelânea de fundos públicos, sem provocar crescimento e, ao mesmo tempo, elevando a dependência externa. Daí para a crise fiscal atual é um passo.

O chamado programa anticíclico gera uma dívida pública bruta e subsídios fiscais e financeiros. Para que essa dívida bruta não se transforme em dívida líquida e esses subsídios não virem gastos fiscais sem cobertura tributária, é preciso que haja crescimento econômico, suscetível de elevar as várias fontes e formas de receita pública. Porém, instalada a crise fiscal, a maneira de combatê-la faz toda a diferença, porque os fatores de dependência, estagnação e desigualdade social que implicitamente empurram o sistema para a crise fiscal não se resolvem nem com ajustes fiscais ou mesmo programas anticíclicos ortodoxos, porque estão descolados da superação dos fatores estruturais do subdesenvolvimento.

## Os indicadores sociais de desenvolvimento – 2011-2014

O período de análise a partir de 2011 não pode ser considerado continuidade do ciclo precedente, pelas razões que apresentamos nas seções anteriores. No entanto, ele ainda não contém evidência empírica clara de reversão dos indicadores de desenvolvimento do ciclo econômico, principalmente no campo social. Considerando-se alguns macros indicadores de crescimento e desenvolvimento recentes (2011-2014) – PIB, IDH, taxa de desemprego, Índice de Gini de distribuição de renda e evolução da população economicamente ativa (ver Tabela 1), a estatística disponível é ainda precária.

**Tabela 1. Alguns indicadores socioeconômicos do período (2011-2014) – Brasil**

| Anos<br>Indicadores | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 (conjecturas) |
|---|---|---|---|---|---|
| **PIB – taxa de incremento real (%)** | 3,9 | 2,7 | 1,0 | 0,1 | Negativo |
| **IDH – Brasil (Índice)** | 0,718 | 0,742 | 0,744 | - | - |
| **Taxa de desemprego aberto – PME-IBGE (%)** | 6,0 | 5,5 | 5,4 | 4,8 | Acima de 5,5 cf. |
| **Índice de Gini dos rendimentos (Pnad)** | 0,506 | 0,505 | 0,501 | - | - |
| **PEA (nível detectado em milhões de pessoas)** | 99,0 | 99,5 | 101,9 | - | - |

Fonte: FGV, 2015; IBGE, 2014, 2015.

Obs.: Os dados do IDH até 2013 estão disponíveis na internet.

O que se evidencia da análise empírica (Tabela 1) é o atrofiamento da expansão econômica a partir de 2012, em razão dos fatores explicativos já analisados. O indicador do PIB a partir de 2012 é claramente cadente, ainda mais se comparado ao período 2004-2010 (ver dados da Tabela 2).

Por seu turno, os indicadores de emprego (taxa de desemprego aberto e nível de população economicamente ativa), distribuição de rendimentos (Índice de Gini de todos os rendimentos apurados pela Pnad) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH, composto de índices de renda monetária, educação básica e saúde) merecem análises particulares.

O mercado de trabalho desacelerou em termos de empregos líquidos criados ano a ano, mas a entrada líquida de novos trabalhadores no mercado de trabalho, a se julgar pela evolução da PEA e da taxa de desemprego aberto, não caracteriza desemprego em crescimento. Talvez em 2015 sim, mas por outras razões, de certa forma autônomas do ciclo econômico.

Não obstante a queda observada no PIB de 2012 e 2013, o Índice de Desenvolvimento Humano não caiu, refletindo melhorias nos indicadores educacionais e de saúde desse índice. Por último, o Índice de Gini da distribuição de rendimentos do trabalho e dos benefícios da política social, que é o que efetivamente apura a Pnad, não piorou e se manteve praticamente estável entre 0,506 e 0,501 (leve melhora).

Aparentemente, as condições demográficas do mercado de trabalho e a manutenção até 2014 dos aportes da política social de Estado aliviaram o peso da retração econômica sobre as condições de vida da população. No entanto, se houvesse mudança abrupta da política econômica e da política social, provavelmente, os resultados seriam outros.

## Alguns indicadores da economia mundial

Para efeitos didáticos, selecionamos na Tabela 2 um indicador comum a 12 países que mantêm relações comerciais e financeiras relevantes com o Brasil – a taxa de incremento do PIB nos períodos de 2004-2010 e 2011-2015. Os países, como se observa na tabela, são: a) o grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); b) Os Estados Unidos da América; c) os três principais da zona do Euro (Alemanha, França e Itália); d) três relevantes da América Latina (Argentina, Venezuela e Chile); e) o Japão.

A análise puramente estatística do desempenho econômico e comercial externo desses grupos diferenciados de países é pouco significativa. Precisamos recorrer ao movimento de reação à crise financeira externa, recuperando a argumentação do início desta seção. Para a economia norte-americana, protagonista da economia mundial, o corte analítico relevante é de 2008 a 2013, quando o PIB cresceu em média 0,94% a.a. e, de certa forma, puxou todo o sistema global para a recessão ou desaceleração econômica. Os países da zona do Euro, mesmo no período mais recente

de 2011-2015, são os mais afetados pela crise financeira, carregando desde então efeitos de baixo crescimento – Alemanha e França, em uma faixa de 1 a 1,5% a.a., enquanto os países do sul da Europa, aqui representados pela Itália, continuam em recessão por já quase oito anos.

Por sua vez, o grupo BRICS diferencia-se nos casos da China e Índia, que desaceleraram suas taxas de crescimento, de antes da crise financeira e depois dela, de patamares de 11 e 9 % a.a., respectivamente, para os níveis atuais (2011-2015) de 7,8% e 6,7%, respectivamente.

Os demais membros do BRICS – Brasil, Rússia e África do Sul –, os latino-americanos, em especial, Argentina e Venezuela, e principalmente os países do sul da Europa (Itália, Espanha, Grécia, Portugal e Irlanda, não listados na Tabela 2, com exceção da Itália) são as principais vítimas do processo de ajustamento pós-crise. Estamos aqui excluindo os países africanos e do Oriente Médio, vítimas de guerras civis e religiosas ou ocupação estrangeira, mas não podemos ignorá-los de todo, porque aqui também surge um problema humano, que não é novo, mas agravado pela crise econômica: as forçadas migrações em massa para a Europa.

Em síntese, pelos indicadores de crescimento econômico, a economia mundial mudou o padrão de expansão da primeira década e aparentemente caminha para arranjos regionais, muito mais que globais, nos próximos anos.

## Conclusões e perspectivas

O período ora em análise (2011-2015) é de reversão de relações externas favoráveis ao eixo das *commodities*, que levou, na década precedente, à especialização do comércio exterior brasileiro, particularmente com a China.

Em certo sentido, pode-se atribuir essa reversão a um efeito de onda secundária, oriunda da crise financeira, cujo epicentro se localizou na economia norte-americana em 2008, com repercussões financeiras no sistema europeu e mundial, subsequentemente, ainda que com características peculiares a cada grupo de países.

No sistema econômico brasileiro, a defesa contra a crise externa, ainda em 2009, tomou o formato de um programa de investimentos públi-

cos e de incentivos ao consumo, que gerou, no primeiro momento, resposta anticíclica (2010-2011); depois, semiestagnação (2012-2014). Nesse ínterim, surge a chamada crise fiscal, e o governo federal, pressionado pelos mercados financeiros, reverte suas múltiplas e heterogêneas ações, denominadas anticíclicas, para adotar uma política convencional de ajuste fiscal.

Além disso, tanto a política anticíclica dos governos Lula II e Dilma I quanto o ajuste fiscal do governo Dilma II operam sob o pressuposto de um cenário de retorno do crescimento econômico, potencialmente ancorado nos mesmos setores que o protagonizaram na década precedente.

Contudo, a crise múltipla manifesta na conjuntura de 2015 – de relações de trocas externas, fiscal, de recursos hídricos e do sistema Petrobras – chama a atenção, em particular, para a inviabilidade desse caminho da especialização primário-exportadora.

Por último, os indicadores sociais de desenvolvimento, conquanto estagnados, ainda não revelam sinais evidentes de deterioração. Em face à crise de crescimento, a economia política depara ora com o discurso do novo padrão de desenvolvimento, ora com a ameaça da estagnação prolongada – ou ainda com a tentativa instável de repor o padrão anterior do eixo das *commodities*.

Nas relações externas, uma inovação: novas relações estabelecidas com os BRICS, especialmente com a China, com a criação, em 2014, de um fundo de estabilização monetária comum e um banco de desenvolvimento do bloco, infelizmente, ainda não operativos.

Ainda nas relações externas, os acordos sobre mudanças climáticas, enunciados em Quito (2014), com promessa de ratificação em Bruxelas (dezembro de 2015), sobre limites ao consumo mundial de petróleo, gás e carvão até 2030, podem reconfigurar relações externas na economia mundial mais amigáveis com o meio ambiente.

Finalmente, estão os sinais de oportunidade inovadora que a crise atual indica ao desenvolvimento econômico e social do futuro breve. Certamente os há em vários caminhos da economia ecológica, da agricultura agroecológica, da produção de energia de baixo impacto (baixa entropia) etc., mas isso é ainda muito marginal na agenda oficial do Estado brasileiro.

## Referências bibliográficas

DELGADO, G. C. **Síntese de Artigos sobre a Situação da América Latina e BRIC no Decênio 2000-2010**. Brasília: OICH, 2013.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Instituto Brasileiro de Economia. Efeito *commodities*. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 3, mar. 2015.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World Economic Outlook**: Uneven Growth. Short- and Long-Term Factors. Washington, D.C.: IMF, abr. 2015. Disponível em: http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/01/pdf/text.pdf. Acesso em: 15 abr. 2015.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE. **Notas Metodológicas do Sistema de Contas Nacionais**. 2015. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/default_SCN.shtm. Acesso em: 01 jun. 2015.

ONU. **The 2011 United Nations Statistical Yearbook** – Fifty-Sixth Issue. New York: UN, 2013. Disponível em: http://unstats.un.org/unsd/syb/syb56/SYB56.pdf. Acesso em: 01 jun. 2015.

# Anexo

## Tabela 2. Crescimento do PIB (%) para alguns grandes parceiros do Brasil – 2004-2010 e 2011 a 2015

| Anos | 2004/2010 taxa média anual (5) | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015(*) | 2011 - 2015 média |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Países** | | | | | | | |
| **Brasil (*)** | 4,4 | 2,7 | 1 | 2,5 | 0,1 | (-)1,0 | 1,1 |
| **Rússia** | 4,5 | 4,3 | 3.4 | 1.3 | 0,6 | (-)3,8 | 1,2 |
| **Índia** | 8,5 | 7,7 | 4,0 | 6,9 | 7,2 | (7,5)* | 6,7 |
| **China** | 11,1 | 9,3 | 7,8 | 7,8 | 7,4 | 6,8 | 7,8 |
| **África do Sul** | 3,7 | 3,5 | 2,5 | 2,2 | 1,5 | 2,0 | 2,3 |
| **Estados Unidos** | 1,5 | 1,8 | 2,2 | 2,2 | 2,4 | 3.1 | 2,3 |
| **Alemanha** | 1,2 | 3,1 | 0,9 | 0,2 | 1,6 | 1,6 | 1,5 |
| **França** | 1,1 | 1,7 | 0,0 | 0,3 | 0,4 | 1,2 | 0,7 |
| **Itália** | (-) 0,2 | 0,4 | (-)2,4 | (-)1,7 | (-)0,4 | 0,5 | (-)0,7 |
| **Argentina** | 7,5 | 8,6 | 0,9 | 2,9 | 0,5 | (-)0,3 | 2,5 |
| **Venezuela** | 6,7 | 4,2 | 5,6 | 1,3 | (-)4,0 | (-)7,0 | 0,0 |
| **Chile** | 4,0 | 5,8 | 5,4 | 4,1 | 1,8 | 2,7 | 4,0 |
| **Japão** | 0,8 | (-)0,6 | 2,0 | 1,6 | (-)0,1 | 1,0 | 0,8 |

Fontes: ONU, 2013; Fundo Monetário Internacional, 2015.

Obs.: Os dados de 2015 são previsões do FMI. O dado de 2011 do Brasil é anterior à revisão metodológica do IBGE, anunciada em março de 2015. O dado da Índia de 2015 é previsão extra do FMI.